

Feira de Saberes Quilombola e ensino de ciências: práticas pedagógicas antirracistas em uma escola Quilombola no estado do Amapá

Quilombola Knowledge Fair and science education: anti-racist pedagogical practices in a Quilombola school in the state of Amapá

Feria del Conocimiento Quilombola y educación científica: prácticas pedagógicas antirracistas en una escuela Quilombola del estado de Amapá

DOI: 10.54901/educa.v9-489

Zenilda Vilhena da Costa¹
Elivaldo Serrão Custódio²

RESUMO: O presente estudo analisa a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências como prática pedagógica antirracista desenvolvida em uma escola quilombola do estado do Amapá, buscando compreender suas contribuições para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional. A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, de natureza aplicada, orientada pelos pressupostos da pesquisa colaborativa, articulando investigação, formação e intervenção pedagógica. O percurso metodológico envolveu levantamento bibliográfico e documental, observação participante, registros de campo e acompanhamento da construção coletiva da feira de saberes realizada com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, professores e acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amapá. Os resultados demonstram que a articulação entre ensino de Ciências e saberes tradicionais quilombolas favoreceu o protagonismo estudantil, a valorização identitária, o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade e a ressignificação do currículo escolar a partir de práticas contextualizadas e interculturais. Observou-se ainda que a experiência contribuiu para combater práticas educativas marcadas pela invisibilização de conhecimentos africanos e afro-brasileiros, fortalecendo perspectivas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a justiça social. Tais evidências reforçam o potencial da Feira de Saberes como estratégia pedagógica para a consolidação de uma educação escolar quilombola crítica, inclusiva, equitativa e antirracista.

Palavras-chave: educação escolar Quilombola; educação antirracista; saberes tradicionais; ensino de ciências; racismo estrutural.

¹ Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: zenildavilhenadacosta.08@gmail.com

² Doutor em Teologia pela Faculdades EST, Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação quilombola constitui um importante campo de estudo para a compreensão das desigualdades educacionais presentes na sociedade brasileira, bem como para a reflexão sobre estratégias de superação do racismo estrutural por meio de práticas pedagógicas emancipadoras. Essa modalidade educacional está diretamente relacionada às lutas históricas das comunidades quilombolas, formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram ao sistema escravista e construíram territórios de autonomia cultural, social e política.

No contexto amazônico, especialmente no estado do Amapá, a educação quilombola apresenta características próprias, uma vez que se articula simultaneamente com questões territoriais, ambientais, étnico-raciais e socioculturais. A presença de comunidades quilombolas nessa região evidencia a necessidade de políticas educacionais contextualizadas, interculturais e antirracistas, capazes de valorizar os saberes e fazeres tradicionais, as identidades coletivas e as formas específicas de organização social desses povos (Vieira; Videira; Custódio, 2023; 2025).

No âmbito dessas discussões, a presente pesquisa tem origem na investigação de uma proposta pedagógica desenvolvida em uma escola quilombola do estado do Amapá, construída a partir da articulação entre a escola e o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A proposta teve início em 20 de agosto de 2025, durante reunião realizada com a equipe gestora, a professora de Ciências e 22 estagiários, ocasião em que foram definidos os grupos de trabalho, ajustadas as cargas horárias e discutida a viabilidade das ações pedagógicas, considerando as especificidades da instituição, que atendia quatro turmas (6º, 7º, 8º e 9º anos) dos anos finais do Ensino Fundamental.

A partir desse momento, foram promovidos encontros semanais de planejamento e formação, realizados entre agosto e novembro de 2025, com o objetivo de elaborar práticas pedagógicas contextualizadas que articulassem os conteúdos curriculares de Ciências aos saberes tradicionais da comunidade quilombola. Como culminância desse processo formativo e investigativo, foi realizada a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências, experiência que constituiu o objeto central de análise deste estudo por seu potencial de integração entre conhecimento científico, valorização cultural e educação antirracista.

No plano normativo, a educação escolar quilombola encontra respaldo em importantes dispositivos legais brasileiros, como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação e à valorização da diversidade cultural; a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; e as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Escolar Quilombola, instituídas em 2012, que orientam a organização de práticas pedagógicas específicas, contextualizadas, inclusivas e afroreferenciadas.

Soma-se a esses marcos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece como princípios formativos o respeito à diversidade, o reconhecimento das diferenças étnico-raciais, culturais e sociais e a formação de cidadãos comprometidos com os direitos humanos, a justiça social e a valorização das múltiplas identidades que constituem a sociedade brasileira (Brasil, 2018). Em conjunto, esses documentos normativos reforçam a necessidade de uma educação comprometida com a equidade racial, o enfrentamento das desigualdades históricas e a valorização dos saberes, fazeres e das identidades das comunidades quilombolas.

Apesar desses avanços legais, ainda existem lacunas entre o reconhecimento jurídico dos direitos das comunidades quilombolas e a efetivação desses direitos no cotidiano escolar. Essas limitações revelam a permanência de desigualdades históricas e institucionais que dificultam a consolidação de uma educação realmente inclusiva e equitativa, conforme Almeida (2019), o racismo estrutural não se limita a práticas discriminatórias individuais, mas constitui um sistema historicamente organizado que atravessa instituições, políticas públicas e relações sociais, produzindo desigualdades permanentes nos diferentes espaços da sociedade, inclusive no campo educacional. Sob essa perspectiva, a escola frequentemente reproduz mecanismos de exclusão epistemológica e invisibilização de saberes afro-brasileiros, reforçando currículos eurocêntricos e práticas pedagógicas descontextualizadas das realidades socioculturais das populações negras e quilombolas.

Frente a essa realidade, as práticas pedagógicas assumem papel central como instrumentos de transformação social, na medida em que possibilitam a construção de uma educação antirracista, crítica e referenciada (Foster; Custódio, 2024; 2025). Estratégias como projetos interdisciplinares, valorização dos saberes tradicionais e a realização de feiras de saberes quilombolas configuram-se como práticas educativas capazes de promover o protagonismo estudantil, fortalecer identidades culturais e tensionar estruturas discriminatórias historicamente consolidadas.

Não obstante os avanços observados, estudos indicam que a formação docente ainda apresenta fragilidades para atuação em contextos quilombolas, especialmente no que se refere à preparação para lidar com as especificidades culturais e étnico-raciais desses territórios, o que impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas. Conforme aponta Michele Pinto e Grazielle Pena, em revisão sobre produções acadêmicas nacionais, a formação inicial de professores ainda não contempla de modo suficiente as demandas educacionais próprias das comunidades quilombolas (Pinto; Pena, 2023). Considerando tais desafios, o

presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a Feira de Saberes Quilombola pode contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural por meio da valorização dos saberes tradicionais no contexto da educação escolar quilombola?

Em termos científicos, a pesquisa justifica-se pela ainda reduzida produção acadêmica sobre práticas pedagógicas quilombolas na Amazônia amapaense, especialmente no que se refere à articulação entre ensino de Ciências, interculturalidade e educação antirracista. Além disso, o estudo contribui para o fortalecimento de debates contemporâneos relacionados às epistemologias decoloniais e à valorização dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento.

À luz dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo analisar a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências como prática pedagógica antirracista desenvolvida em uma escola quilombola do estado do Amapá, buscando compreender suas contribuições para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a educação quilombola na região amazônica. Nessa direção, o estudo pretende contribuir para a valorização dessas comunidades e para o fortalecimento de políticas educacionais mais justas, inclusivas e adequadas às suas realidades socioculturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Quilombola: Conceito, Fundamentos, Definição e Princípios da Educação Quilombola

A educação quilombola é compreendida como uma modalidade educacional fundamentada no reconhecimento das especificidades históricas, culturais e territoriais das comunidades remanescentes de quilombos. Seus princípios estão baseados na equidade, valorização identitária, respeito à diversidade e promoção da justiça social. Trata-se de uma proposta pedagógica que rompe com modelos homogêneos de ensino e considera o território, a memória coletiva e a experiência comunitária como elementos formativos centrais (Custódio, 2023; 2025).

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Freire (2013) ao defender uma educação problematizadora, dialógica e socialmente referenciada, fundamentada no reconhecimento dos sujeitos históricos e na valorização de suas experiências socioculturais. Para Freire, o processo

educativo deve promover consciência crítica e emancipação, permitindo que os sujeitos compreendam e transformem a realidade em que estão inseridos.

A consolidação dessa modalidade educacional está vinculada a marcos legais que asseguram o direito à educação diferenciada e contextualizada. A legislação brasileira reconhece a necessidade de políticas públicas específicas que garantam acesso, permanência e qualidade educacional para populações tradicionais. Tais diretrizes reforçam o papel do Estado na promoção de práticas educacionais inclusivas e socialmente referenciadas.

A identidade cultural e a ancestralidade constituem elementos estruturantes do processo educativo quilombola. Nesse sentido, a escola assume função que ultrapassa a transmissão de conteúdos formais, tornando-se espaço de fortalecimento cultural e preservação histórica. Conforme analisa Castro (2017), na Amazônia as relações entre território, cultura e organização social são inseparáveis, o que implica reconhecer que os processos educativos precisam dialogar com essas dimensões para serem efetivos e socialmente significativos.

A valorização dos saberes tradicionais é apontada por diversas pesquisas como elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Segundo Estácio e Nicida, (2016) os modelos educacionais historicamente implantados na região amazônica desconsideraram as realidades socioculturais locais, contribuindo para a invisibilização de conhecimentos tradicionais. Reconhecer tais saberes como formas legítimas de produção de conhecimento representa passo fundamental para a construção de uma educação plural e democrática.

As práticas pedagógicas inovadoras configuram-se como instrumentos fundamentais no enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional brasileiro, na medida em que promovem a ruptura com modelos tradicionais de ensino marcados por uma perspectiva eurocêntrica, excludente e homogeneizadora. O racismo estrutural, compreendido como um sistema historicamente constituído que organiza desigualdades sociais, políticas e educacionais, manifesta-se na escola por meio da invisibilização de saberes afro-brasileiros, da reprodução de estereótipos e da ausência de representatividade nos currículos e materiais didáticos (Almeida, 2019).

Nesse sentido, a inovação pedagógica não se restringe ao uso de novas metodologias, mas implica uma reconfiguração epistemológica do processo educativo, pautada na valorização da diversidade cultural, no reconhecimento das identidades étnico-raciais e na promoção de uma educação antirracista. Práticas como a pedagogia decolonial, o ensino contextualizado, a valorização da oralidade, das memórias coletivas e dos saberes tradicionais, especialmente em

comunidades quilombolas, constituem estratégias potentes para a desconstrução de narrativas hegemônicas e a construção de novos referenciais de conhecimento.

Adicionalmente, a implementação de projetos interdisciplinares que abordem a história e a cultura afro-brasileira e africana, conforme preconizado pela Lei nº 10.639/2003, fortalece o compromisso da escola com a equidade racial. Tais práticas favorecem a formação de sujeitos críticos, conscientes das desigualdades sociais e capazes de atuar na transformação da realidade. A utilização de metodologias ativas, como rodas de conversa, estudos de caso, produção cultural e práticas colaborativas, amplia o protagonismo discente e contribui para a construção de espaços educativos mais democráticos e inclusivos.

Entretanto, a efetivação dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a insuficiente formação inicial e continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais, a precarização das condições de ensino e a resistência institucional à mudança de paradigmas. Dessa forma, torna-se imprescindível o investimento em políticas públicas que assegurem suporte pedagógico, formação docente crítica e valorização das especificidades socioculturais dos territórios. Assim, entende-se que as práticas pedagógicas inovadoras, quando orientadas por uma perspectiva crítica e antirracista, desempenham um papel central na desconstrução do racismo estrutural, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da pluralidade cultural que constitui a sociedade brasileira.

Apesar das dificuldades, diversas experiências demonstram que a articulação entre escola e comunidade produz resultados positivos. Projetos pedagógicos que valorizam narrativas locais, práticas culturais e conhecimentos tradicionais fortalecem o protagonismo estudantil e a identidade coletiva. Essa perspectiva dialoga com reflexões de Davi Kopenawa, que ressalta a importância da transmissão intergeracional de saberes como forma de preservação cultural e continuidade social, princípio que pode ser incorporado ao contexto educacional quilombola (Da Silva Neto, 2020).

2.2 Educação Quilombola e Perspectivas Decoloniais

A discussão sobre educação quilombola encontra importante aproximação com os estudos decoloniais, especialmente no que se refere à crítica às formas hegemônicas de produção do conhecimento historicamente impostas pelos processos coloniais. Segundo Santos (2002), a modernidade ocidental produziu um processo de exclusão epistemológica que invisibilizou conhecimentos produzidos por povos tradicionais, populações negras e

comunidades periféricas. Nesse sentido, a valorização dos saberes quilombolas no ambiente escolar representa uma forma de resistência à colonialidade do saber e de construção de práticas educativas interculturais e antirracistas.

Nessa perspectiva, a educação escolar quilombola ultrapassa a simples inserção de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira no currículo, constituindo-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização das identidades, dos territórios e das formas próprias de produção de conhecimento das comunidades quilombolas. Conforme destacam Corrêa, Videira e Custódio (2025), a efetivação dessa modalidade educacional depende da resignificação das práticas docentes, dos currículos e da gestão escolar, de modo que a escola reconheça e incorpore os saberes produzidos historicamente pelas populações negras e quilombolas.

Ao discutir a colonialidade do saber, Quijano (2005) argumenta que a modernidade foi estruturada a partir da imposição de um padrão eurocêntrico de conhecimento que hierarquizou culturas e epistemologias, relegando os saberes dos povos africanos, indígenas e tradicionais à condição de inferioridade. Tal processo repercute diretamente nos sistemas educacionais, que historicamente privilegiaram referências ocidentais em detrimento das experiências e dos conhecimentos produzidos por grupos subalternizados. A escola, nesse contexto, tornou-se um dos principais espaços de reprodução dessas hierarquias epistemológicas, legitimando determinadas formas de conhecimento enquanto silenciava outras produzidas por sujeitos historicamente marginalizados.

Nessa direção, Walsh (2013) defende a interculturalidade crítica como um caminho para a construção de práticas educativas capazes de questionar as relações de poder herdadas do colonialismo. Para a autora, a escola deve constituir-se como espaço de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, promovendo o reconhecimento das identidades historicamente marginalizadas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e plural. A interculturalidade crítica não se limita à convivência entre culturas distintas, mas propõe a transformação das estruturas que produzem desigualdades, exclusões e discriminações.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Freire (1996), que compreende a educação como prática da liberdade e instrumento de transformação social. Para o autor, o processo educativo deve possibilitar que os sujeitos leiam criticamente o mundo e reconheçam as relações de opressão que atravessam suas experiências cotidianas. No contexto quilombola, essa perspectiva favorece a valorização das memórias coletivas, das ancestralidades e dos processos históricos de resistência construídos pelas comunidades negras ao longo dos séculos.

No contexto da educação antirracista, Foster e Custódio (2024; 2025) ressaltam que a escola possui papel fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais, desde que seja capaz de criar espaços de diálogo entre os conhecimentos oficiais e as experiências socioculturais dos sujeitos que a compõem. Os autores defendem que a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo exigem ações pedagógicas permanentes, capazes de romper com práticas excludentes e com a invisibilização das contribuições dos povos negros para a formação das sociedades contemporâneas.

De modo semelhante, Gomes (2012; 2017) argumenta que a educação das relações étnico-raciais constitui um dos principais instrumentos para o enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. A autora destaca que o reconhecimento positivo da identidade negra e a valorização da história e da cultura afro-brasileira contribuem para a desconstrução de estereótipos e preconceitos historicamente reproduzidos nos espaços escolares. Assim, a implementação de práticas pedagógicas antirracistas não representa apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas uma ação ética e política comprometida com a justiça social e a equidade racial.

Além disso, Arroyo (2011) enfatiza que os currículos escolares precisam reconhecer os sujeitos historicamente excluídos como produtores legítimos de conhecimento. Para o autor, a construção de uma educação socialmente referenciada exige o reconhecimento das trajetórias, memórias, culturas e experiências dos grupos populares, rompendo com a lógica de homogeneização que tradicionalmente orientou os sistemas educacionais. Tal compreensão é particularmente relevante para a educação quilombola, uma vez que possibilita a construção de currículos afroreferenciados e territorializados, capazes de dialogar com as realidades concretas das comunidades.

Nessa mesma perspectiva, Munanga (2004) ressalta que o combate ao racismo passa necessariamente pela revisão crítica dos conteúdos escolares e pela valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação da sociedade brasileira. Segundo o autor, a permanência de visões estereotipadas sobre a população negra reforça desigualdades históricas e dificulta a construção de relações sociais baseadas no respeito à diversidade.

Sob essa perspectiva, a educação escolar quilombola constitui uma importante ferramenta de resistência epistemológica, cultural e política, na medida em que possibilita o fortalecimento das identidades coletivas, a valorização da ancestralidade e a construção de currículos afroreferenciados. A consolidação dessa modalidade educacional nos territórios quilombolas torna-se fundamental para a preservação das produções histórico-culturais dessas

comunidades e para a promoção de melhores condições sociais e educacionais para suas populações.

Assim, pensar a educação quilombola a partir de uma perspectiva decolonial implica reconhecer que os saberes e fazeres tradicionais não são complementares ao conhecimento científico, mas constituem formas legítimas de produção de conhecimento. Esse reconhecimento desafia as bases epistemológicas que historicamente sustentaram processos de exclusão e subalternização, contribuindo para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça cognitiva, a valorização da diversidade e o fortalecimento dos processos de emancipação dos povos quilombolas. Nessa direção, a escola quilombola assume papel estratégico na construção de uma sociedade democrática, plural e antirracista, capaz de reconhecer a riqueza dos diferentes modos de ser, viver e produzir conhecimento (Custódio, 2023; 2025).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios e descritivos, tendo como foco a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas em contexto de educação quilombola, especialmente no que se refere ao enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar (Gil, 2017). A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar fenômenos sociais complexos, considerando dimensões simbólicas, culturais e históricas que não podem ser apreendidas por meio de dados quantitativos.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola localizada em comunidade quilombola no estado do Amapá, envolvendo aproximadamente oitenta (80) estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, professores da escola quilombola e vinte e dois (22) acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da UNIFAP. A comunidade caracteriza-se pela forte presença de práticas culturais tradicionais relacionadas à agricultura familiar, uso de plantas medicinais, produção artesanal e organização coletiva, aspectos que influenciam diretamente as práticas educativas desenvolvidas no território.

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa colaborativa, conforme proposto por Ibiapina (2008), compreendida como uma abordagem investigativa que articula produção de conhecimento e formação dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, a pesquisa não se limita à observação da realidade, mas implica intervenção e

transformação, desenvolvendo-se por meio de um movimento dialógico entre pesquisadores e participantes, os quais assumem papel ativo na construção e análise das práticas educativas.

A pesquisa colaborativa, em sua vertente emancipatória, conforme discutido por Ibiapina (2008), estrutura-se a partir de um processo contínuo que envolve planejamento, ação, observação e reflexão, configurando-se como um movimento cíclico de reconstrução da prática pedagógica. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos deixam de ser meros objetos de investigação e passam a atuar como coautores do processo investigativo, contribuindo para a produção compartilhada de conhecimentos e para a ressignificação das práticas escolares.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, aliado à experiência prática de construção e execução de uma feira de saberes em uma escola quilombola. A pesquisa bibliográfica contemplou a análise de obras, artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas à educação quilombola, relações étnico-raciais, práticas pedagógicas e formação docente, enquanto a pesquisa documental envolveu a análise de legislações e diretrizes educacionais pertinentes à temática.

A dimensão empírica da pesquisa materializou-se na elaboração e realização da feira de saberes, concebida como prática pedagógica colaborativa. Esse processo envolveu diferentes etapas, incluindo planejamento coletivo, definição de temáticas, organização dos estudantes, desenvolvimento das atividades e socialização dos conhecimentos produzidos. Todas essas fases foram conduzidas de forma participativa, envolvendo professores, estudantes e membros da comunidade, em consonância com os princípios da pesquisa colaborativa.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados registros de observação, anotações de campo e sistematizações das atividades desenvolvidas durante a execução da feira de saberes. A análise dos dados foi realizada com base nos pressupostos de Bardin (2020), contemplando as etapas de pré-análise, categorização temática, interpretação e inferência dos dados produzidos durante a realização da pesquisa. As categorias analíticas foram organizadas em torno dos seguintes eixos: valorização dos saberes tradicionais, protagonismo estudantil, interculturalidade e práticas pedagógicas antirracistas.

A pesquisa observou os princípios éticos que orientam a investigação científica em contextos educacionais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, especialmente no que se refere ao respeito à dignidade dos participantes, à valorização da identidade sociocultural da comunidade quilombola e à preservação das informações produzidas durante o estudo. A utilização de imagens, registros fotográficos e materiais pedagógicos ocorreu mediante autorização da

instituição escolar e dos participantes envolvidos ou de seus responsáveis legais, quando necessário, garantindo o respeito à privacidade, à autonomia e aos direitos dos sujeitos participantes. A proposta da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências ocorreu em quatro fases articuladas, envolvendo planejamento, execução e culminância pedagógica.

3.1 Primeira Fase: Articulação Institucional e Planejamento das Ações Pedagógicas

A etapa inicial da intervenção foi dedicada à organização das atividades e à construção coletiva das ações educativas que seriam desenvolvidas durante o estágio supervisionado. O processo teve início em agosto de 2025, a partir da integração entre a equipe escolar e acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIFAP, sob a orientação da professora responsável pela disciplina de Ciências.

Em reunião realizada com a gestão escolar, foram estabelecidos os critérios de distribuição dos estagiários, definidos os grupos de trabalho e organizadas as atividades a serem executadas ao longo do período letivo. Considerando as especificidades da escola e o número reduzido de turmas atendidas (quatro turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, sendo uma turma de 6º, 7º, 8º e 9º anos), buscou-se estruturar uma proposta que favorecesse a participação efetiva dos estudantes e a integração entre os conteúdos curriculares e a realidade da comunidade quilombola.

Posteriormente, foram promovidos encontros periódicos de acompanhamento e planejamento, desenvolvidos entre agosto e novembro de 2025. Esses momentos foram destinados à elaboração de sequências didáticas, à seleção dos temas geradores, à produção de materiais pedagógicos e à avaliação contínua das atividades realizadas. O planejamento coletivo permitiu alinhar os conteúdos do ensino de Ciências às demandas locais, favorecendo abordagens interdisciplinares e a valorização dos conhecimentos tradicionais presentes no território.

Além de contribuir para a formação inicial dos licenciandos, esse processo fortaleceu o diálogo entre universidade, escola e comunidade quilombola, criando as condições necessárias para a implementação das atividades culminantes da proposta, entre elas a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências, concebida como espaço de socialização dos conhecimentos construídos ao longo da intervenção pedagógica.

3.2 Segunda Fase: Organização das Turmas e Definição Temática

Na segunda etapa, os estagiários foram distribuídos entre as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, conforme a demanda pedagógica e o quantitativo de estudantes em cada turma. Na turma do 6º ano, composta pelo maior número de estudantes, foram alocados nove estagiários. Os temas trabalhados envolveram conteúdos relacionados a substâncias e misturas, medicamentos, cadeia alimentar e teia alimentar, articulando conceitos científicos com práticas e experiências da comunidade quilombola. A turma do 7º ano contou com três estagiários, responsáveis pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao plantio, produção e consumo de farinha, biojoias e produção de remédios tradicionais, valorizando os conhecimentos culturais locais e suas relações com o ensino de Ciências. No 8º ano, quatro estagiários desenvolveram projetos voltados ao tema da eletricidade, abordando conceitos científicos articulados às práticas cotidianas e às necessidades energéticas presentes nas comunidades quilombolas. Já no 9º ano, seis estagiários trabalharam conteúdos relacionados à Física, Química e Biologia, contemplando temas como movimento, estrutura atômica, alimentação, compostagem e energias renováveis.

3.3 Terceira Fase: Elaboração dos Projetos e Desenvolvimento das Atividades

Na terceira etapa, cada turma definiu coletivamente os temas que seriam aprofundados e transformados em projetos para exposição na I Feira de Saberes Quilombola e Ciências. Ressalta-se que cada estagiário desenvolveu um projeto específico junto ao seu grupo de estudantes. Após a escolha temática, os estagiários passaram a realizar encontros sistemáticos com os grupos, tanto em sala de aula quanto em espaços externos, visando aprofundar o conhecimento sobre os objetos de estudo e produzir materiais para apresentação durante a culminância pedagógica. Durante todo o processo, a professora regente e orientadora pedagógica acompanhou as atividades, auxiliando no planejamento das aulas, na definição dos objetos de conhecimento e na organização metodológica dos projetos desenvolvidos. Essa mediação contribuiu para a integração entre teoria e prática, favorecendo a contextualização do ensino de Ciências a partir da realidade sociocultural da comunidade quilombola.

3.4 Quarta Fase: Culminância da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências

A culminância ocorreu após três meses de desenvolvimento do estágio supervisionado, sendo realizada em 14 de novembro de 2025, por meio da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências. O evento constituiu-se como espaço de socialização das produções científicas e culturais elaboradas pelos estudantes e estagiários, evidenciando a articulação entre conhecimentos escolares, saberes tradicionais e práticas sustentáveis. Os projetos apresentados contemplaram diferentes áreas do conhecimento científico, integrando conteúdos de Biologia, Física, Química e Educação Ambiental aos saberes tradicionais quilombolas.

Os projetos desenvolvidos pelos estudantes do 6º ano contemplaram diferentes temáticas relacionadas aos saberes tradicionais quilombolas e ao ensino de Ciências, destacando-se: *Plantas medicinais: do remédio ao tempero — saberes quilombolas na culinária*; *O poder das plantas medicinais e sua utilização em chás*; *Xarope caseiro de gengibre, mel e limão*; *Cadeia alimentar terrestre na comunidade quilombola*; *Vela repelente de andiroba*; *Valorização dos conhecimentos empíricos e científicos acerca da Aloe vera*; *Extração e aproveitamento sustentável do óleo de andiroba na comunidade quilombola*; *O sabor e o segredo ancestral no Quilombo*; e *Filtração da água: ciência, saberes quilombolas e sustentabilidade hídrica*.

A escolha dos temas desenvolvidos pelos estudantes evidencia a forte relação entre os conteúdos científicos e as experiências socioculturais da comunidade quilombola, demonstrando que o ensino de Ciências pode ser construído a partir das práticas cotidianas e dos conhecimentos tradicionais presentes no território. Observou-se que a contextualização dos conteúdos favoreceu maior participação discente, fortalecimento identitário e ampliação do interesse dos estudantes pelas atividades escolares.

Na turma do 7º ano, os projetos abordaram temas voltados à relação entre ciência, cultura e sustentabilidade, sendo desenvolvidos os trabalhos: *Plantas medicinais: da tradição à ciência*; *Biojoias, Ciências, cultura e sustentabilidade*; e *Produção de farinha no Quilombo*. Os estudantes do 8º ano desenvolveram projetos relacionados à eletricidade e às energias sustentáveis, dentre os quais se destacaram: *Corrente elétrica em circuitos em série e paralelo e a tradição em comunidades quilombolas*; *Forno solar e a tradição em comunidades quilombolas*; *Eletricidade doméstica*; e *Energia solar: iluminando o futuro das comunidades quilombolas*.

Por sua vez, os projetos elaborados pelo 9º ano contemplaram conteúdos de Física, Química, Biologia e sustentabilidade, incluindo os trabalhos: *Aprendendo sobre átomos e*

misturas a partir de produtos tradicionais quilombolas; Barquinho a vapor; Adubo orgânico e seus benefícios; Alimentação escolar quilombola; Saberes tradicionais sobre correção e nutrição do solo no Quilombo; e Energias renováveis. De modo geral, a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências possibilitou a valorização dos conhecimentos tradicionais articulados ao ensino de Ciências, promovendo práticas pedagógicas interdisciplinares, contextualizadas e significativas (Ausubel, 2003). Além disso, a experiência contribuiu para a formação inicial dos estagiários, ao proporcionar vivências educativas pautadas na interculturalidade, na sustentabilidade e no diálogo entre ciência e território.

Durante a realização da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências, foram observadas manifestações de pertencimento, reconhecimento cultural e valorização identitária por parte dos estudantes envolvidos. Diversos participantes relataram sentir-se representados pelos temas desenvolvidos, especialmente aqueles relacionados aos conhecimentos, práticas e tradições da comunidade quilombola. Uma estudante destacou que “foi importante mostrar que os conhecimentos da nossa comunidade também são ciência”, evidenciando a ampliação do reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento. De maneira semelhante, outro estudante afirmou que a feira constituiu uma oportunidade não apenas de aprendizagem, mas também de compartilhamento de conhecimentos com outros membros da comunidade.

Os depoimentos dos estudantes também revelaram o fortalecimento da autoestima, do protagonismo juvenil e do sentimento de pertencimento ao espaço escolar. Um dos participantes relatou que se sentiu “uma pessoa importante” ao apresentar o projeto para estudantes, familiares, professores da escola-sede, docentes e discentes do anexo da Escola Municipal Joana Santos em Macapá-AP, representantes da UNIFAP e gestores de outras escolas quilombolas que prestigiaram o evento. Outro estudante ressaltou a relevância da iniciativa ao afirmar que o projeto deveria ser realizado anualmente, com a participação de diferentes áreas do conhecimento e de um número maior de professores, demonstrando o reconhecimento da atividade como uma prática educativa relevante para a comunidade escolar.

Sob a perspectiva da docente orientadora, a experiência revelou-se profundamente positiva em termos profissionais e pessoais. A concretização da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências representou um desafio complexo, marcado por obstáculos institucionais e organizacionais. Entre as dificuldades enfrentadas destacaram-se as críticas recebidas de alguns profissionais da escola e de membros da comunidade quilombola em relação à condução do projeto, especialmente no que se refere à coordenação de 22 estagiários da UNIFAP envolvidos

nas atividades e às limitações encontradas para garantir a participação efetiva dos grêos e demais detentores de saberes tradicionais no processo de socialização dos trabalhos desenvolvidos.

As tensões institucionais tornaram-se mais evidentes na etapa de organização do evento. Na véspera da realização da feira, durante reunião com a gestão escolar, foram questionados aspectos relacionados à estrutura cerimonial prevista para a abertura. Após a apresentação da proposta de composição da mesa de autoridades, que incluía representantes da escola, da UNIFAP, da comunidade quilombola e dos acadêmicos envolvidos, foi sugerida a exclusão da representação comunitária da programação oficial. Tal posicionamento evidenciou divergências acerca do papel da comunidade quilombola na construção das ações pedagógicas e da importância da participação dos sujeitos quilombolas nos espaços de representação e decisão vinculados ao ambiente escolar.

Essa experiência suscitou reflexões sobre os desafios ainda presentes na efetivação de uma educação inclusiva, antirracista, equitativa e comprometida com os princípios da educação escolar quilombola. A resistência observada contrasta com os dispositivos legais que orientam a valorização da história, da cultura e dos conhecimentos africanos, afro-brasileiros e indígenas no currículo escolar, conforme estabelecido pelas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008. Da mesma forma, distancia-se das orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, instituídas pela Resolução CNE/CEB n.º 8/2012.

A referida resolução estabelece, em seu artigo 7º, que as práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas quilombolas devem estar articuladas às especificidades históricas, culturais e territoriais das comunidades, prevendo a participação efetiva dos moradores e movimentos sociais locais na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Nessa perspectiva, a educação escolar quilombola deve promover o diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade.

Além disso, o artigo 9º da Resolução CNE/CEB n.º 8/2012 enfatiza a necessidade de assegurar a participação ativa da comunidade nos processos educativos, reconhecendo lideranças, anciãos, mestres da cultura e demais detentores de conhecimentos tradicionais como sujeitos fundamentais na construção do processo de ensino e aprendizagem. Considerando tais desafios, a experiência vivenciada evidencia tanto os avanços proporcionados pela realização da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências quanto os desafios ainda existentes para a consolidação de práticas educativas comprometidas com os princípios da interculturalidade, da valorização dos saberes e fazeres tradicionais e do enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa evidencia que a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências se constituiu como uma experiência pedagógica equitativa no contexto da educação escolar quilombola, ultrapassando a dimensão de uma atividade expositiva para consolidar-se como espaço de valorização cultural, fortalecimento identitário e enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar. A experiência revelou a potência de práticas pedagógicas contextualizadas que articulam conhecimentos científicos e saberes tradicionais, promovendo novas formas de construção do conhecimento no espaço educativo.

A realização da feira possibilitou romper, ainda que parcialmente, com modelos curriculares historicamente centrados em perspectivas eurocêntricas e descontextualizadas da realidade das populações quilombolas. Nesse sentido, os resultados demonstram que a integração entre ensino de Ciências e saberes comunitários favoreceu processos de aprendizagem mais significativos, uma vez que os conteúdos escolares passaram a dialogar diretamente com as vivências socioculturais dos estudantes e com os conhecimentos produzidos historicamente pela comunidade quilombola.

Figuras 1 e 2: Abertura da I Feira/Mostra de Ciências e início das exposições



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 1e 2, referente à abertura da I Feira/Mostra de Ciências, evidencia a dimensão coletiva e comunitária da experiência pedagógica desenvolvida. Observa-se a participação ativa de estudantes, professores, acadêmicos da universidade e membros da comunidade quilombola, demonstrando que a feira se constituiu como espaço de socialização dos conhecimentos produzidos ao longo do processo formativo. A organização do ambiente, os materiais expostos e a presença dos sujeitos envolvidos revelam um movimento de valorização das identidades culturais e de fortalecimento dos vínculos entre escola e território.

Além disso, a abertura da feira representou a ocupação do espaço escolar por saberes historicamente invisibilizados pelo currículo tradicional. Conforme discutem Gomes (2012; 2017) e Almeida (2019), práticas educativas antirracistas exigem o reconhecimento das epistemologias negras e quilombolas como formas legítimas de produção de conhecimento. Nesse contexto, a feira operou como mecanismo de tensionamento das hierarquias epistemológicas presentes no ambiente escolar.

Figura 3: Equipe organizadora do evento



Fonte: Autores, 2025.

A Figura 3 apresenta a equipe organizadora do evento e evidencia o caráter colaborativo da proposta pedagógica. A articulação entre escola quilombola e universidade, envolvendo professores, estagiários do curso de Ciências Biológicas e estudantes quilombolas, demonstra a construção coletiva do processo educativo, em consonância com os pressupostos da pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008). A participação dos acadêmicos também trouxe contribuições para a formação inicial docente, especialmente na compreensão das especificidades da educação escolar quilombola no estado do Amapá.

Figura 4 e 5: Produção de farinha e artesanatos



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 4 e 5, relacionada à produção de farinha e artesanatos, revela uma das experiências mais significativas desenvolvidas durante a feira. A atividade permitiu articular conhecimentos científicos relacionados à transformação da matéria, processos físicos e químicos, sustentabilidade e alimentação com práticas tradicionais historicamente desenvolvidas pela comunidade quilombola. Nesse contexto, o processo de produção da farinha deixou de ser compreendido apenas como prática cultural cotidiana para assumir também dimensão pedagógica e científica. No artesanato, foram utilizadas combinações de sementes extraídas da natureza para confecção de joias e adereços.

A valorização desse conhecimento tradicional contribuiu para o reconhecimento das práticas comunitárias como formas legítimas de produção do saber, rompendo com a lógica escolar que frequentemente hierarquiza os conhecimentos científicos em detrimento dos saberes populares. Conforme apontado por um dos estudantes durante a apresentação do projeto, “a farinha não é só alimento, ela faz parte da nossa história e da nossa cultura”. Essa fala evidencia processos de fortalecimento identitário e de valorização da memória coletiva no contexto educativo. Outra estudante comentou sobre a beleza do artesanato quilombola na região.

Figuras 6 e 7: Plantas medicinais e filtro de água caseiro



Fonte: Autores, 2025.

A Figura 6 está relacionada ao projeto “*Plantas medicinais: da tradição à ciência*” e demonstram a articulação entre conhecimentos científicos e saberes ancestrais presentes na comunidade quilombola. As imagens evidenciam a exposição de ervas medicinais, preparados tradicionais, materiais explicativos e apresentações realizadas pelos estudantes, revelando seu protagonismo na construção e socialização do conhecimento.

O trabalho com plantas medicinais possibilitou aos estudantes compreender relações entre botânica, saúde, sustentabilidade e cultura local, promovendo uma aprendizagem

contextualizada e interdisciplinar. Além disso, a atividade contribuiu para o reconhecimento da oralidade e da ancestralidade como dimensões relevantes da produção do conhecimento quilombola. Muitos estudantes relataram ter aprendido sobre o uso das plantas com pais, avós e outros membros da comunidade quilombola, evidenciando a importância da transmissão intergeracional dos saberes tradicionais.

Já a Figura 7 aborda a sustentabilidade hídrica no quilombo, destacando a construção e o uso do filtro de água caseiro como uma tecnologia social desenvolvida pelas comunidades locais. Esse recurso contribui para a melhoria da qualidade da água destinada ao consumo e às atividades domésticas, além de representar um conhecimento tradicional transmitido entre gerações. Sua apresentação na feira promoveu reflexões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos, a preservação ambiental e a valorização dos saberes ancestrais, reforçando a relação entre cultura, sustentabilidade e qualidade de vida no contexto quilombola.

Figuras 8 e 9: Energia residencial no passado e no presente



Fonte: Autores, 2025.

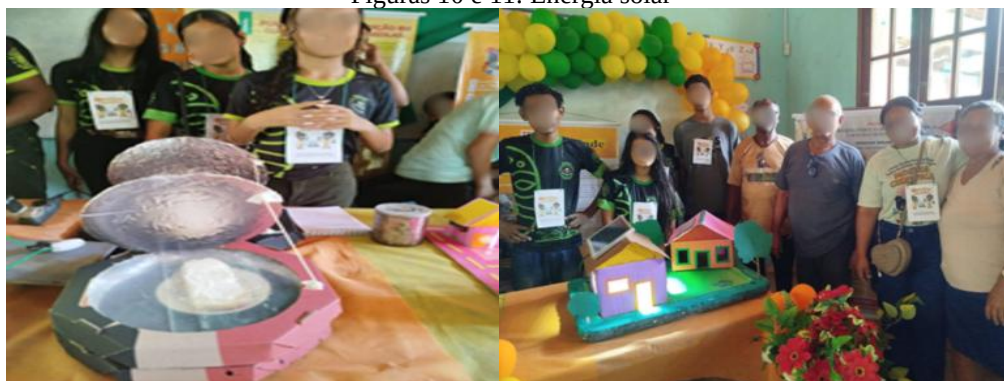
As Figuras 8 e 9 apresentam uma comparação entre o uso da energia residencial no passado e no presente, bem como orientações relacionadas aos cuidados necessários no manuseio da energia elétrica em circuitos mistos e em série. A atividade expositiva foi desenvolvida pelos estudantes em parceria com um eletricista da comunidade quilombola, que colaborou na construção dos materiais e ministrou palestras sobre segurança elétrica, abordando os riscos associados às instalações inadequadas e as medidas preventivas necessárias para evitar acidentes.

A proposta possibilitou a articulação entre conhecimentos científicos e saberes práticos presentes na comunidade, promovendo uma aprendizagem contextualizada e equitativa. Ao analisar as transformações ocorridas no acesso e no consumo de energia elétrica ao longo do tempo, os estudantes puderam compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento

tecnológico, às mudanças nas condições de vida das famílias e à importância da utilização consciente dos recursos energéticos.

Além disso, a participação do eletricitista da comunidade quilombola fortaleceu o diálogo entre escola e território, valorizando conhecimentos construídos pela experiência profissional e reconhecendo a contribuição dos sujeitos locais para os processos educativos. A atividade também favoreceu a conscientização sobre a segurança no uso da eletricidade, estimulando atitudes de prevenção e responsabilidade no ambiente doméstico. Assim, o projeto contribuiu para a formação de estudantes mais críticos e informados, capazes de relacionar os conteúdos escolares às demandas e desafios presentes em seu contexto social e comunitário.

Figuras 10 e 11: Energia solar



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 10 e 11 abordam a temática da energia solar e sua aplicação no cotidiano da comunidade quilombola. Nessas propostas, os estudantes realizaram a demonstração do funcionamento de um forno solar utilizado para o aquecimento de alimentos. O equipamento opera por meio da absorção da energia térmica proveniente da radiação solar, concentrando calor em seu interior e produzindo a temperatura necessária para o preparo ou aquecimento dos alimentos. Durante a apresentação, os alunos destacaram que essa prática foi mencionada por moradores da comunidade, que ainda utilizam esse recurso para a produção de pão torrado e outras atividades domésticas, evidenciando a permanência de conhecimentos e práticas sustentáveis transmitidas ao longo das gerações.

Na Figura 11, os estudantes apresentaram o funcionamento das placas solares, explicando o processo de captação da energia proveniente do sol e sua conversão em energia elétrica para uso residencial. A atividade possibilitou a compreensão de conceitos relacionados às energias renováveis e à sustentabilidade, além de evidenciar as vantagens econômicas e ambientais dessa tecnologia. Nesse sentido, a discussão promovida durante a feira contribuiu para ampliar a conscientização sobre alternativas energéticas mais limpas e acessíveis,

demonstrando como a utilização da energia solar pode representar uma importante estratégia de redução de custos e de fortalecimento da autonomia energética das comunidades.

Figuras 12 e 13: Resíduos orgânicos e correção e a nutrição do solo



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 12 e 13 apresentam a exposição de dois projetos desenvolvidos pelos estudantes. O primeiro (Figura 12) refere-se ao aproveitamento de resíduos orgânicos da cozinha escolar para a produção de compostagem, enquanto o segundo (Figura 13) aborda a correção e a nutrição do solo a partir da análise do seu potencial hidrogeniônico (pH).

A proposta da compostagem surgiu da iniciativa dos próprios estudantes, que identificaram a grande quantidade de resíduos orgânicos descartados diariamente na escola e buscaram alternativas para seu reaproveitamento. A partir desse processo, os resíduos passaram a ser transformados em adubo orgânico, posteriormente utilizado no cultivo de hortaliças na própria unidade escolar. Além de contribuir para a redução do desperdício e da geração de resíduos, a atividade possibilitou a compreensão de conceitos relacionados à reciclagem de nutrientes, à sustentabilidade ambiental e à produção de alimentos de forma mais consciente.

Complementando essa discussão, a Figura 13 demonstra a importância da análise do pH do solo para a correção de sua acidez e para o adequado desenvolvimento das culturas agrícolas. Durante a exposição, os estudantes apresentaram os procedimentos utilizados para avaliar as condições do solo e compreender a relação entre seus aspectos químicos e a produtividade agrícola. As duas experiências favoreceram a articulação entre teoria e prática, estimulando a educação ambiental e o desenvolvimento de soluções sustentáveis aplicáveis ao contexto escolar e comunitário.

Figuras 14 e 15: Barquinho a vapor e misturas a partir de produtos tradicionais



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 14 e 15 apresentam a exposição de dois projetos desenvolvidos pelos estudantes. O primeiro refere-se ao barquinho a vapor, uma das primeiras embarcações utilizadas pela comunidade quilombola local para deslocamentos e atividades cotidianas. A apresentação permitiu discutir aspectos históricos e tecnológicos relacionados aos meios de transporte utilizados pela comunidade ao longo do tempo, evidenciando a importância das vias fluviais para a mobilidade, o trabalho e a organização social local.

O segundo projeto abordou o estudo dos átomos e das misturas a partir da utilização de produtos tradicionais presentes no cotidiano quilombola, como mel, andiroba, limão e água. A atividade possibilitou relacionar conceitos científicos da Química às experiências vivenciadas pelos estudantes, favorecendo uma aprendizagem mais equitativa e inclusiva. Além de tudo, contribuiu para demonstrar como os conhecimentos científicos podem ser compreendidos a partir de elementos presentes na cultura e nas práticas tradicionais da comunidade.

Figuras 16 e 17: Energia eólica e hábitos alimentares



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 16 e 17 apresentam dois projetos desenvolvidos pelos estudantes no âmbito da Feira de Saberes Quilombola e Ciências. A Figura 16 refere-se ao projeto sobre energias renováveis, com enfoque na energia eólica, cuja apresentação ocorreu por meio de uma maquete demonstrativa. O modelo permitiu explicar o funcionamento desse tipo de geração energética, evidenciando que a força dos ventos movimenta as hélices de um aerogerador, as quais acionam um gerador responsável pela conversão da energia mecânica em energia elétrica. A atividade favoreceu a compreensão de conceitos relacionados às fontes renováveis de energia e à sustentabilidade, além de estimular reflexões sobre alternativas energéticas ambientalmente mais adequadas para o futuro.

Por sua vez, a Figura 17 apresenta um projeto de investigação sobre os hábitos alimentares dos estudantes da escola quilombola. A pesquisa analisou as práticas alimentares dos alunos tanto no ambiente familiar quanto no contexto escolar, identificando diferenças entre os dois espaços. Os resultados foram sistematizados e apresentados por meio de gráficos e tabelas, permitindo visualizar os alimentos mais consumidos, as preferências alimentares dos estudantes e suas percepções sobre a alimentação ofertada pela escola. Além de desenvolver habilidades relacionadas à pesquisa, coleta e interpretação de dados, a atividade promoveu reflexões sobre alimentação saudável, qualidade nutricional e a importância de políticas de alimentação escolar alinhadas às necessidades e expectativas dos estudantes.

Figura 18: Participação da comunidade no evento



Fonte: Autores, 2025.

A Figura 18 evidencia a expressiva participação da comunidade escolar quilombola e de instituições de ensino da região na I Feira de Saberes Quilombola e Ciências. A ampla presença de estudantes, professores, familiares e membros da comunidade demonstrou o alcance da iniciativa, cuja adesão superou a capacidade física do espaço destinado ao evento. Esse envolvimento coletivo reforça o potencial da feira como estratégia de integração entre

escola, comunidade e território, ampliando as possibilidades de diálogo e socialização dos conhecimentos produzidos no contexto escolar.

A feira constituiu-se como um espaço de valorização das memórias coletivas, dos saberes ancestrais e das práticas culturais quilombolas, fortalecendo processos de pertencimento e reconhecimento identitário. Os relatos dos estudantes revelaram o impacto da experiência na valorização dos conhecimentos produzidos pela comunidade, evidenciando a ampliação das concepções acerca da ciência e de suas múltiplas formas de produção e transmissão.

Os resultados também indicaram que a contextualização dos conteúdos escolares favoreceu maior envolvimento dos estudantes nas atividades desenvolvidas. A articulação entre os conteúdos de Ciências e as vivências socioculturais da comunidade contribuiu para tornar o processo de aprendizagem mais significativo, aproximando o currículo escolar das realidades locais e estimulando o protagonismo estudantil.

No âmbito pedagógico, observou-se o fortalecimento de práticas educativas pautadas na participação, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento. Os estudantes assumiram papel ativo na pesquisa, elaboração e apresentação dos projetos, desenvolvendo competências investigativas, comunicativas e colaborativas. Esse movimento contribuiu para a promoção da autonomia discente e para a consolidação de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas.

Entretanto, a experiência também evidenciou desafios relacionados à limitação de recursos materiais, às condições de infraestrutura escolar e à necessidade de formação específica para atuação em contextos quilombolas. Alguns estagiários apresentaram dificuldades iniciais na articulação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, revelando lacunas ainda presentes na formação docente para a educação das relações étnico-raciais e para a construção de práticas interculturais.

Além disso, verificou-se que propostas pedagógicas contextualizadas ainda enfrentam obstáculos decorrentes da permanência de modelos curriculares pouco flexíveis e insuficientemente sensíveis às especificidades socioculturais dos territórios quilombolas. Tais aspectos evidenciam que o enfrentamento das desigualdades educacionais e do racismo estrutural demanda não apenas iniciativas pedagógicas pontuais, mas também o fortalecimento de políticas públicas, currículos e processos formativos comprometidos com a diversidade cultural e a justiça social.

De maneira geral, os resultados da pesquisa demonstram que a I Feira de Saberes Quilombola e Ciências constituiu uma estratégia pedagógica relevante para a promoção da

educação antirracista, da valorização cultural e do fortalecimento identitário. Ao articular conhecimentos científicos e saberes tradicionais, a experiência favoreceu a construção de uma educação intercultural, crítica e afrorreferenciada, reafirmando a escola como espaço de produção de conhecimento, valorização da memória coletiva e fortalecimento das identidades quilombolas (Bezerra, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência da I Feira de Saberes Quilombola e Ciências permitiu evidenciar o potencial das práticas pedagógicas contextualizadas e fundamentadas no diálogo entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais para a promoção de uma educação escolar quilombola crítica, intercultural e antirracista. A experiência demonstrou que a articulação entre escola, comunidade e universidade favorece a construção de processos educativos mais participativos, contribuindo para a valorização das identidades quilombolas e para o fortalecimento dos vínculos entre currículo escolar e realidade sociocultural dos estudantes.

Os resultados obtidos revelam que, embora os avanços legais e normativos tenham ampliado o reconhecimento dos direitos educacionais das comunidades quilombolas, permanecem desafios que limitam a efetivação de uma educação comprometida com os princípios da equidade e da justiça social. Entre esses desafios destacam-se as limitações de infraestrutura, a insuficiência de recursos pedagógicos contextualizados, as dificuldades de acesso e mobilidade em determinados territórios e as fragilidades na formação de professores para atuação em contextos diversos. Tais aspectos evidenciam que as desigualdades educacionais associadas ao racismo estrutural continuam produzindo impactos concretos nas condições de ensino e aprendizagem dessas populações.

No campo pedagógico, verificou-se que a formação docente constitui elemento estratégico para a consolidação de práticas educativas capazes de reconhecer e incorporar os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas. A experiência analisada demonstrou que a aproximação entre universidade, escola e comunidade favorece a construção de propostas pedagógicas mais sensíveis às especificidades locais, fortalecendo o protagonismo estudantil, a valorização da memória coletiva e o reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento.

A pesquisa também reforça a necessidade de ampliação dos estudos sobre educação escolar quilombola na Amazônia, particularmente no estado do Amapá, onde ainda são

limitadas as investigações voltadas à compreensão das interfaces entre ensino de Ciências, interculturalidade e educação das relações étnico-raciais. A produção de conhecimento nessa área mostra-se fundamental para subsidiar políticas públicas, práticas pedagógicas e programas de formação docente alinhados às demandas e especificidades desses territórios.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o fortalecimento do debate sobre educação quilombola ao evidenciar possibilidades concretas de integração entre ensino de Ciências, valorização dos saberes ancestrais e práticas educativas antirracistas. Além disso, amplia as discussões acerca da construção de currículos afrorreferenciados e comprometidos com a diversidade epistemológica presente nos contextos quilombolas.

As evidências produzidas indicam que a consolidação de uma educação escolar quilombola inclusiva e comprometida demanda ações articuladas entre políticas públicas, investimentos em infraestrutura, valorização profissional docente e participação ativa das comunidades nos processos educativos. Nessa perspectiva, a educação quilombola ultrapassa a dimensão estritamente escolar e afirma-se como instrumento de fortalecimento cultural, reconhecimento identitário e enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem as análises sobre formação docente para contextos quilombolas, desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados e impactos de práticas pedagógicas interculturais nos processos de aprendizagem, permanência e sucesso escolar. Também se destaca a importância da ampliação de políticas públicas destinadas ao fortalecimento da educação escolar quilombola na Amazônia, de modo a assegurar condições efetivas para a promoção de uma educação democrática, plural e comprometida com a valorização da diversidade sociocultural brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Tradução de Lígia Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020.

BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres dos Santos. **A perspectiva afrorreferenciada de educação: um estudo colaborativo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Joanna Santos da Silva no Quilombo do Cria-ú-AP**. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br>> Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

CASTRO, Edna Maria Ramos (org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Universidade Federal do Pará: NAEA, 2017.

CORRÊA, Marcelo de Jesus Santos; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Educação escolar quilombola: ressignificando a docência, o currículo e o papel da escola. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1053, 2025. DOI: 10.52641/cadcajuína.10i3.1053. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuína.pro.br/index.php/revista/article/view/1053>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Educação escolar quilombola no Brasil**: um olhar a partir de referenciais curriculares e materiais didáticos estaduais. São Paulo: Dialética, 2023.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Quilombos no Brasil**: da invisibilidade à luta por direitos. Belém: RFB, 2025. DOI 10.46898/rfb.fe730098-912c-4098-983c-a16c91451273. Acesso em: 30 jun. 2026.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva (org.). **Educação escolar quilombola**: saberes, fazeres e práticas [livro eletrônico]. 1.ed. Curitiba, PR, Editora Bagai, 2025. <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-652-6.20.09.25>

DA SILVA NETO, João Paulino. **Saberes dos povos indígenas Maya e Yanomami: desafios epistêmicos no processo de descolonização**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lucia Regina de Azevedo (Org.) **História e Educação na Amazônia**. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. Disponível em: https://www.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2025/07/Historia-e-Educacao-na-Amazonia_2016.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão (org.). **Vozes, saberes e resistências cotidianas na educação para as relações étnico-raciais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Educação antirracista: um olhar para as escolas públicas em Cabo Verde. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. e46505, 2025. DOI: 10.15448/1980-864X.2025.1.46505. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/46505>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

PINTO, Michele Moraes; PENA, Grazielle Borges de Oliveira. Educação escolar quilombola e formação docente no período de 2011 a 2023 no Brasil: uma revisão. In: PESSINI, Magali Inês (Organizadora). **Educação, práticas sociais e processos educativos 3**. Cuiabá: Educapes, 2023, p. 114-126. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/educacao-praticas-sociais-e-processos-educativos-3>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Enilton Ferreira; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A Lei n. 12.711/2012 e Ações Afirmativas de Acesso ao Ensino Superior de Negros e Não-Negros. **Direito Público**, [S. l.], v. 20, n. 105, 2023. DOI: 10.11117/rdp.v20i105.6896. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6896>. Acesso em: 25 fev. 2026.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.